

A Revista **COCAR** esta Licenciada com [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Fonte: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5758>. Acesso em: 06 jan. 2025.

#### Referência

SEVERO, Ricardo Gonçalves; WELLER, Wivian. Socialização política de jovens no ensino médio. **Revista Cocar**, [S. l.], v.18, n.36, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5758>. Acesso em: 06 jan. 2025.

**Socialização política de jovens no ensino médio<sup>i</sup>**

*Political socialization of young people in high school*

Ricardo Gonçalves Severo  
**Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**  
Rio Grande – Brasil

Wivian Weller  
**Universidade de Brasília (UNB)**  
Brasília - Brasil

**Resumo**

O artigo analisa a relevância do ambiente escolar nos processos de socialização política e de construção de um *ethos* democrático entre estudantes do ensino médio. Com esse objetivo, realizou-se um estudo comparado entre as redes de ensino estadual, federal e privada do ensino médio, que teve como base a aplicação de um *survey* junto a 2.169 estudantes de 19 escolas localizadas em três municípios do Rio Grande do Sul. Os resultados da pesquisa revelam a centralidade do ambiente escolar no processo de socialização política dos jovens em todas as redes de ensino. No entanto, quando analisadas separadamente, observam-se diferenças significativas entre as redes no que diz respeito ao interesse pelo debate e participação política. A rede federal de ensino apresenta índices mais elevados em relação ao tema, enquanto a rede estadual apresenta os índices mais baixos nos mesmos quesitos.

**Palavras-chave:** Socialização política; Juventude; Ensino médio.

**Abstract**

The article analyzes the school environment importance in the processes of political socialization and the construction of a democratic *ethos* among high school students. To this end, a comparative study between state, federal, and private high school networks was conducted, based on the application of a *survey* to 2,169 students from 19 schools located in three municipalities of Rio Grande do Sul. The research results reveal the centrality of the school environment in the process of political socialization of young people in all education networks. However, when analyzed separately, significant differences are observed among the networks with regard to interest in political debate and participation. The federal network shows higher indexes in relation to the theme, while the state network shows the lowest indexes in the same items.

**Keywords:** Political socialization; Youth; High school.

## 1. Introdução

Considerando a juventude enquanto categoria teórica e como um dado empírico, é fundamental compreender que nessa fase da vida, via de regra, há um aumento significativo do número de agências de socialização com as quais os jovens passam a ter contato para além da família. Entre outras instituições, podemos citar a escola, a igreja, os grupos de pares (*peer groups*) e as mídias sociais (KÖHLER; KRÜGER; PFAFF, 2016; NAZZARI, 2003; SETTON, 2016). Conforme apontado por Fuks (2012), ambientes diversos de socialização influenciam na construção de perfis comportamentais diferenciados, especialmente no que diz respeito ao comportamento político: “o tipo de escola estimula ou inibe o hábito de se informar sobre política, o qual, por sua vez, tem efeito direto e substantivo sobre a participação” (FUKS, 2012, p. 99).

A escola se constitui como realidade heterogênea e a composição social dos estudantes desempenha um papel preponderante no ambiente escolar (DIOGO, 2012), o que, por sua vez, produz formas variadas de socialização. A socialização escolar também pode influenciar na construção de estilos de pensamento diversos e, conseqüentemente, em práticas sociais distintas no âmbito desse espaço. No ambiente escolar também se produzem formas de socialização política orientadas pelo Estado a partir da produção de políticas educacionais, o que, por sua vez, não ocorre sem tensões (RESENDE; CAETANO, 2012).

Partimos do entendimento de socialização política como situações e experiências que ocorrem em espaços sociais que possibilitam o debate, a tomada de decisões e a participação na construção de processos relacionados a interesses públicos. Nesse sentido, com base em um estudo comparativo entre escolas estaduais, federais e privadas no Rio Grande do Sul, o presente artigo busca contribuir com os estudos sobre socialização política no ambiente escolar e seu papel na socialização dos jovens de forma geral, tema esse já discutido em outras pesquisas no Brasil (DAYRELL, 2002; SPOSITO, 2002; FUKS, 2012; SPOSITO; ALMEIDA; TARÁBOLA, 2020; ZORZI, 2018). Assim, em síntese, temos como objetivo geral analisar a relevância do ambiente escolar para o processo de socialização política da juventude, em especial, observar que variáveis são intervenientes para a construção de um *ethos* democrático nesse processo.

Inicialmente, abordam-se aspectos conceituais sobre o processo de socialização

política e sua relação com a escola. Na sequência, discute-se a importância do ambiente escolar na produção de um *ethos* democrático. As seções finais do artigo apresentam a metodologia utilizada e a forma de análise do estudo, as características do público investigado e, por último, os aspectos analisados que tratam dos elementos que constituem a socialização política e os resultados da análise comparativa entre as redes de ensino.

## **2. Socialização política e o ambiente escolar**

A análise dos processos de socialização dos jovens considera as experiências que os indivíduos têm junto a instituições sociais, compreendendo sua dimensão sócio-histórica e o modo como são produzidas as relações sociais, gerando estilos de pensamento distintos ou, ainda, *habitus* individuais e grupais, com base no que Mannheim (1982) denomina como *conhecimento conjuntivo*. Trata-se, portanto, de um processo que ocorre em dado momento histórico e em dada estrutura social, marcado, fundamentalmente, por relações de interdependência (SETTON, 2005), por diferenças de poder (SETTON, 2016) e por características que diferem segundo valores e normas de determinada sociedade.

Recorremos a uma compreensão de socialização pautada na sociologia do conhecimento – como um processo de aprendizagem de papéis “de acordo com a exigência de seu grupo de pertença ou de eleição para com ele” (VAN HAECHT, 2008, p. 132) –, sem que isso signifique a aceitação e adoção incondicional de valores das gerações mais novas pelas mais velhas. Trata-se, portanto, de compreender como as experiências sociais são vivenciadas em diversas esferas sociais, considerando o papel desempenhado pelas instituições sociais que se fazem mais presentes na socialização primária (em especial a família e a escola, instâncias fundamentais para o desenvolvimento de valores), bem como aquelas vinculadas à socialização secundária e que possibilitam a adoção de novos valores.

Torna-se imperativo compreender, também, o contexto sócio-histórico das instituições socializadoras (PERCHERON, 1982), tendo em vista que os entendimentos sobre a forma de atuação das mesmas, bem como das relações sociais construídas por meio delas, apresentarão características específicas nas (di)visões políticas e culturais, compreendidas como parte da socialização política.

É preciso entender, ainda, o contexto político geral que está presente no processo de socialização como um todo (família, escola, entre outros), pois esse “pode ser aplicado indiferentemente a todas as organizações que tomam decisões e têm a função de garantir a redução dos conflitos entre seus membros, ou seja, entre outros, a família, a escola ou ao

sistema político” (PERCHERON, 1974, p. 2). Ele está presente no cotidiano, faz parte das relações sociais e produz comportamentos que estão relacionados a forma como crianças e jovens são socializadas nessas instituições. Nesses espaços, constitui-se o “modo como os indivíduos interpretam, dão sentido ao mundo ao seu redor e ao seu lugar na sociedade” (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018, p. 349), apresentando características que variam conforme o momento político (TOMIZAKI; SILVA, 2021).

Considerando a importância da socialização escolar na construção de identidades políticas entre os jovens, busca-se analisar, neste artigo, se o tipo de escola frequentada produz influências distintas no processo de socialização política, o que ocorre por meio de aprendizagens formais e informais, tendo em vista que a apreensão do político se dá a partir de determinada posição e de relações sociais específicas.

Sem ignorar o papel das demais instituições sociais de socialização, o foco deste artigo concentra-se no papel da escola no processo de socialização política. Nesse sentido, perguntamo-nos: a escola se constitui como um ambiente que propicia a discussão e participação política? De que forma ela contribui na construção da socialização política dos estudantes? Semelhante aos questionamentos trazidos por Dayrell (2007), ou seja, se a escola “faz” as juventudes, perguntamo-nos se a escola faz e como ela faz a socialização política dos estudantes, e, ainda, se ela contribui para a construção de um *ethos* democrático, como discutiremos a seguir.

### **3. O espaço escolar e os limites da produção de um *ethos* democrático**

A consideração do espaço escolar, entre outros papéis, como potencializador do desenvolvimento de um *ethos* democrático, parte de uma perspectiva da pedagogia crítica, que compreende a produção da justiça social e da mudança como elementos centrais da democracia, e, nessa perspectiva, os jovens são atores essenciais para o alcance desses objetivos (BLACK, 2011). É preciso, no entanto, compreender as diferenças entre as instituições educativas e de que forma essas diferenças influenciam na socialização política. Tais experiências ocorrem de modo diverso no caso brasileiro, ao considerarmos as diferenças entre as redes de ensino, considerando o menor investimento de recursos materiais e humanos nas redes estaduais.

Ao considerarmos essas escolas, especialmente no Rio Grande do Sul, há uma redução de recursos destinados para a educação desde o ano de 2015<sup>ii</sup>, assim como o não reajuste e parcelamento salarial de servidores públicos desde o mesmo ano, constituindo

uma realidade precária de construção do processo de ensino. Já os Institutos Federais se constituem como espaços de excelência, dado o maior investimento em infraestrutura e nos profissionais da educação, perfazendo, no entanto, uma minoria da oferta de vagas para o ensino médio. Considerando essas características, seguimos Zorzi (2018, p. 150) em sua compreensão de que se “[...] o nível educacional tem impacto direto na cultura política [...], é de se esperar que os níveis baixos da qualidade da educação pública não melhorem o quadro negativo quanto ao processo de socialização política dos jovens”.

Além de contribuir para a construção de uma identidade política, de acordo com Cristián Cox et al. (2014), a escola é um espaço privilegiado para a incorporação de valores democráticos, seja no processo cotidiano e informal, seja nos componentes curriculares. Com base no referido autor, é impossível não considerar o papel da escola no processo de socialização, em especial a política. Ponce (2016, p. 796) também destaca que “ensinar/aprender a conviver democraticamente é uma necessidade e uma tarefa (também) da escola, articulada à construção de conhecimentos necessários e significativos para a vida”. Nesse sentido, a socialização política e a construção de um *ethos* democrático dependem, pelo menos, de duas condições básicas: a garantia de acesso e de permanência no ensino médio e a possibilidade de participar de processos decisórios no ambiente escolar.

Em relação aos processos decisórios e participativos no âmbito da escola, o Brasil conta, desde a Constituição de 1988, com legislação que trata da gestão democrática da educação (inciso VI do artigo 206), bem como metas estipuladas para aumentar a “participação da comunidade nas decisões que ocorrem no interior da instituição escolar” (SILVA, 2016, p. 280). Também no Rio Grande do Sul há legislação que trata do tema da gestão democrática, que data de 1995 (Lei nº 10.576) e que foi atualizada em 2012 (Lei nº 13.999).

Apesar dos avanços nas concepções e propostas, a lei, por si, não constitui garantias da participação, sendo necessário produzir as condições para a sua efetivação (SILVA, 2016). Há uma lógica que se sobressai a tais propostas, com uma recomendação meritocrática e liberalizante que é levada adiante por diversos meios de comunicação<sup>iii</sup> e que procura desqualificar a educação pública (PONCE, 2016). Contra essa postura, partilhamos o entendimento de que:

A gestão democrática é aqui compreendida, então, como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. (SOUZA, 2009, p. 125-126).

Para uma análise da dimensão da participação política e possibilidade de construção de um *ethos* democrático, torna-se imperativo conhecer as especificidades dos espaços escolares no que diz respeito ao público atendido e, também, aos recursos disponibilizados. No Brasil, contamos com um aparato legal que prevê a participação dos estudantes em espaços deliberativos e de participação política, mas não sabemos como ela de fato ocorre, especialmente nas escolas destinadas às classes populares, que têm como característica estrutural “poucas horas diárias, pouco espaço e poucos profissionais” (CAVALIERE, 2009, p. 51).

#### **4. Sobre a pesquisa**

O estudo foi desenvolvido entre os meses de setembro e novembro de 2019. A primeira etapa da pesquisa utilizou a metodologia de *survey*, na qual, inicialmente, se projetou a aplicação de 2.315 questionários junto a estudantes matriculados no ensino médio regular em três cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Considerando o universo de 64.033 estudantes matriculados, segundo os dados do censo escolar do INEP de 2018, que correspondia ao quantitativo de 10.309 estudantes no município de Pelotas, 14.745 no município de Caxias do Sul e 38.979 no município de Porto Alegre, utilizamos uma amostra representativa dos estudantes matriculados no ensino médio regular (ensino estadual, federal e privado), com nível de confiança de 95% e com margem de erro de 2 pontos. As escolas foram selecionadas aleatoriamente.

No processo de aplicação dos questionários, houve o cancelamento da visita presencial em duas escolas estaduais. Assim, o número final de questionários aplicados foi 2.169, totalizando 19 escolas visitadas. O total de questionários aplicados entre os municípios foi de 441 em Pelotas, 538 em Caxias do Sul e 1.190 em Porto Alegre, considerando a proporcionalidade do número de matrículas no ensino estadual, federal e privado (1.463, 283 e 423 questionários). A escolha desses municípios buscou atender uma maior representatividade na distribuição do Rio Grande do Sul (RS), escolhendo-se, além da capital do Estado, dois municípios com mais de 200.000 habitantes.

No presente artigo, apresentamos a análise descritiva de elementos centrais da

amostra pesquisada e, posteriormente, a análise bivariada, considerando as questões que contemplam o objetivo da análise sobre a socialização política segundo as redes de ensino.

#### 4.1. Características do público juvenil segundo a rede de ensino

Nesta seção, passamos para a análise dos dados, considerando as características estratificadas por rede de ensino. Os dados aqui apresentados estão organizados em dois eixos. Primeiramente, apresentamos as características sociodemográficas dos públicos e, no segundo eixo, discutimos as variáveis analisadas referentes à sociabilidade e dados relativos à cultura política.

Com relação às características sociodemográficas, serão expostos os dados alusivos à composição social, destacando três variáveis significativas: raça/cor, ocupação dos respondentes e ocupação dos familiares. Em relação à variável cor/raça, buscamos comparar os dados da pesquisa com as características da população do Rio Grande do Sul. Tomando por base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - 4º trimestre de 2019), a proporção é de 79,69% de brancos, 13,82% de pardos e 6,10% de negros. Os dados em relação à mesma variável, segundo o Censo Escolar do INEP de 2019 para estudantes do ensino médio (sem considerar a distribuição por tipo de escola para esse dado), informa que 83,5% são brancos, 15,7% são pretos/pardos e 0,7% foram identificados como outros. A pesquisa traz a seguinte distribuição por raça, apresentada na Tabela 1:

**Tabela 1 – Cor/raça por rede de ensino.**

	Estadual		Federal		Privada	
	N	%	N	%	N	%
Branco	937	64,05%	205	72,44%	382	90,31%
Negro	182	12,44%	35	12,37%	4	0,95%
Pardo	278	19%	43	15,19%	30	7,09%
Outros	58	3,97%	--	--	6	1,42%
Não opinou	8	0,55%	--	--	1	0,24%
TOTAL	1463	100%	283	100%	423	100%

Fonte: elaborado pelos autores.

Observando os números da tabela 1 é possível constatar, nas três redes de ensino, um percentual reduzido de estudantes negros e pardos, mas em maior número do que o estipulado pela PNAD e pelo Censo Escolar (INEP). Também é possível observar que é a escola estadual que recebe o maior contingente de estudantes não brancos.

No que diz respeito à ocupação dos estudantes, buscamos analisar a possibilidade, em princípio, da existência da moratória educacional, a qual pode liberar os jovens que se



encontram no ensino médio para atividades culturais e políticas, quando não há a necessidade de conciliar os estudos com atividades laborais. A moratória educacional permitiria, em princípio, mais possibilidades de envolvimento em ações diversas no âmbito escolar, no caso desta pesquisa, possibilidades de construção de pertencimento a partir daquilo que Dayrell (2007, p. 1112) observa como a transformação em *lugar*, ou seja, a possibilidade dos jovens “transformar[em] os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significado”. Essas possibilidades de pertencimento tornam-se possíveis, ainda segundo Dayrell (1999), ao enfatizar-se os processos educativos, considerando as diferenças que existem entre os jovens, em especial no que diz respeito às suas experiências sociais. Esse dado também auxilia a compreender a origem social desses jovens (em especial considerando-se o tipo de ocupação para além do ambiente escolar).

**Tabela 2** – Ocupação por rede de ensino.

	Estadual		Federal		Privada	
	N	%	N	%	N	%
Estuda	900	61,52	165	58,30	354	83,69
Estuda e faz estágio	172	11,76	70	24,73	22	5,20
Estuda e faz bicos	182	12,44	28	9,89	22	5,20
Estuda e trabalha regularmente	209	14,29	20	7,07	25	5,91
TOTAL	1463	100	283	100	423	100

Fonte: elaborado pelos autores.

Novamente, é possível observar diferenças significativas conforme o tipo de escola, como podemos ver na Tabela 2. Há um maior número de estudantes no ensino estadual que faz bicos e trabalha regularmente em comparação aos jovens que estudam nas redes federal e privada. Destacamos a grande diferença no que diz respeito ao estágio, processo de trabalho que, em princípio, é complementar à educação, perfazendo 24,73% dos casos no ensino federal, demonstrando que esse tipo de escola propicia maiores chances de uma preparação para o trabalho e/ou uma relação imediata entre ambas as atividades. No entanto, aqueles que somente estudam são a maioria em todos os tipos de escola, sendo muito superior no caso das escolas privadas.

Nesse sentido, é possível afirmar que a geração de jovens que se encontram atualmente no ensino médio, em sua grande maioria, desfruta da moratória educacional, que se traduz em maior tempo para os estudos e de preparação para projetos futuros. Outro dado que pode influenciar na participação ou não de atividades políticas é a idade dos estudantes. Nas escolas estaduais, a média foi de 17 anos (moda 16), nas federais de 18,5

(moda 17) e nas privadas de 17,5 (moda 16).

O último dado referente à composição social da amostra trata da ocupação dos familiares. As duas atividades mais apontadas entre as mães de estudantes do ensino estadual foram: empregada com carteira assinada (39,44%) e do lar (13,94%). No ensino federal foram: empregada com carteira assinada (37,81%) e profissional liberal (15,55%). Entre as mães do ensino privado, aparece: empregada com carteira assinada (33,10%) e profissional liberal (17,73%). Entre os pais, a categoria mais citada também é empregado com carteira assinada (estadual 36,77%, federal 38,52% e privado 27,62%). Para a segunda categoria mais citada, aparece: profissional liberal no ensino estadual (16,95%) e federal (18,02%); e para o privado a categoria é de empresário (25,53%).

Alguns dados chamam a atenção. Em relação às mães, há em todos os tipos de escola a presença da ocupação *com carteira assinada* como a de maior incidência, o que por si não torna possível observar diretamente diferenças salariais. No entanto, o que denota as diferenças são as demais ocupações. Por exemplo, o número da ocupação *do lar* apresenta valor significativo entre as mães de estudantes de escolas estaduais. Aumenta, também, o número de *funcionárias públicas*. Mesmo nessa categoria, não podemos inferir uma igualdade de condições, tanto para o tipo de ocupação quanto para os rendimentos.

Em relação aos pais, da mesma forma que as mães, a ocupação principal é a *com carteira assinada*, variando de modo significativo o número de *empresários* no ensino privado, enquanto no ensino estadual e federal a segunda colocação fica para os *profissionais liberais*. A diferenciação das ocupações possibilita<sup>iv</sup> inferir *habitus* particulares, os quais produzirão por parte das famílias estratégias variadas para a educação de seus filhos e que se expressam de modo imediato na escolha do tipo de escola (BRANDÃO, 2012; NOGUEIRA, 2012, 2013), sendo necessário compreender, também, a desigualdade de oportunidades dessa escolha (COSTA et al., 2013). É possível inferir que as ocupações constituem formas diferenciadas de educação familiar, que, por sua vez, produzem modos diversos de aprendizagem e de relação com os estudos (DUBAR, 2005; CHARLOT; REIS, 2014).

No próximo eixo, buscamos identificar a produção de redes de sociabilidade, partindo ainda do pressuposto da importância do ambiente escolar no processo de socialização dos jovens, tendo em conta outras agências sociais mencionadas e, conseqüentemente, a produção de redes sociais, em especial, as relações de amizades.

### Socialização política de jovens no ensino médio

Buscou-se identificar os espaços mais significativos para a produção de laços sociais, dado que denota, em princípio, suas presenças, identidades e formas mais intensas de participação. A Tabela 3 apresenta a forma como conheceram seus amigos atuais.

**Tabela 3** - Como você conheceu seus amigos atuais?

	Estadual		Federal		Privado	
	N	%	N	%	N	%
Outra situação	94	3,87%	7	1,46%	12	1,6%
Internet	143	5,89%	21	4,38%	20	2,66%
Organização que participo	69	2,84%	19	3,97%	54	7,18%
Igreja	79	3,25%	13	2,71%	23	3,05%
Ensino médio	823	33,92%	241	50,31%	154	20,48%
Ensino fundamental	568	23,41%	91	19%	320	42,55%
Vizinhança	133	5,49%	13	2,71%	14	1,86%
Outros amigos	447	18,42%	65	13,57%	147	19,55%
Familiares	70	2,90%	9	1,88%	8	1,06%
TOTAL	2.426*	100%	479*	100%	752*	100%

\*mais de uma resposta.

Fonte: elaborado pelos autores.

As respostas apontam para a importância do ambiente escolar como local prioritário para a constituição de amizades. Quando analisamos a diferença entre tipos de escola, é possível perceber da mesma forma a centralidade, mas com variação significativa dos valores, sendo possível apenas inferir que, no caso do ensino privado, há provavelmente uma continuidade dos estudos na mesma escola, estabelecendo-se as relações desde o ensino fundamental, e, no caso das escolas federais, considerando-se que ofertam somente ensino médio, as amizades são produzidas em sua maioria nesse período. Também aparece como significativo a construção de amizades por outros amigos, o que demonstra a importância do aspecto geracional para a produção dos laços sociais. Esses dados são importantes para compreendermos os processos de sociabilidade desenvolvidos em grupos de pares que também se fazem presentes em espaços institucionais, como a escola (DAYRELL, 2007; KÖHLER; KRÜGER; PFAFF, 2016).

Outra maneira de verificar as formas de sociabilidade diversas e o pertencimento social é a partir da participação em grupos ou organizações de fins variados além do ambiente escolar, como apontado na Tabela 4.

**Tabela 4** – Faz parte de algum grupo fora da escola?

	Estadual		Federal		Privado	
	N	%	N	%	N	%
Não participa	867	54,53%	152	47,20%	159	33,76%

Organização política	38	2,39%	18	5,6%	20	4,25%
CTG	32	2,01%	12	3,73%	5	1,06%
Dança	61	3,83%	7	2,17%	40	8,50%
Artes cênicas	26	1,63%	12	3,73%	4	0,85%
Musical	68	4,27%	18	5,6%	27	5,73%
Religioso	156	9,81%	37	11,5%	40	8,50%
Esportivo	342	21,51%	66	20,5%	176	37,37%
TOTAL	1.590*	100%	322*	100%	471*	100%

\*mais de uma resposta.

Fonte: elaborado pelos autores.

Em todos os tipos de escola, a não participação em grupos fora da escola foi preponderante, principalmente na rede estadual. Quando há participação, essa se dá em algum grupo esportivo, valor substancialmente superior na escola privada. Não sendo diferente dos níveis de participação política nacional, observamos os baixíssimos índices em organizações políticas. Ainda assim, percebemos a centralidade da escola na produção de sociabilidade, considerando que é a principal forma de participação em espaços sociais para além da família, numa rede que abrange colegas, professores etc., sendo mais significativo no caso das escolas estaduais, o que inferimos em razão do perfil socioeconômico desses estudantes.

#### 4.2. Percepção dos jovens acerca da participação política no espaço escolar

Considerando a importância do debate sobre política, o survey apresentou um bloco de questões sobre o assunto. O primeiro questionamento tratou sobre o hábito de conversar sobre política, apresentado na Tabela 5.

**Tabela 5** – Conversa sobre política.

	Estadual		Federal		Privado	
	N	%	N	%	N	%
Às vezes	555	37,94%	119	42,05%	192	45,39%
Não opinou	16	1,09%	--	--	1	0,24%
Nunca	279	19,07%	23	8,13%	22	5,20%
Raramente	494	33,77%	75	26,50%	158	37,35%
Sempre	119	8,13%	66	23,32%	50	11,82%
TOTAL	1463	100,00%	283	100,00%	423	100,00%

Fonte: elaborado pelos autores.

Percebemos que os menores índices de conversa sobre política estão presentes nas escolas estaduais, em especial se considerarmos os que não conversam nunca. Os maiores índices estão presentes nas escolas federais, destacando-se os valores daqueles que conversam sempre. Na Tabela 6, abordamos o local onde se conversa sobre política.

**Tabela 6** – Onde conversa sobre política.

	Estadual		Federal		Privado	
	N	%	N	%	N	%
Em casa	531	36,30%	95	33,57%	177	41,84%
Em lugar nenhum	228	15,58%	15	5,30%	19	4,49%
Na escola	540	36,91%	156	55,12%	196	46,34%
Na internet	97	6,63%	13	4,59%	18	4,26%
Não opinou	67	4,58%	4	1,41%	13	3,07%
TOTAL	1463	100,00%	283	100,00%	423	100,00%

Fonte: elaborado pelos autores.

Os resultados confirmam a importância da família e da escola como instituições preponderantes no processo de socialização política, com variações de acordo com o tipo de escola. Em todas as redes de ensino, é no ambiente escolar que os estudantes costumam conversar mais sobre política. É relevante, também, que novamente as escolas estaduais apresentam maiores índices de rejeição à discussão sobre política. Também chama a atenção os baixos percentuais relacionados ao debate na internet para todos os tipos de escola, dado que aponta para a necessidade de maiores estudos capazes de compreender esse resultado, tendo em vista que nas afirmações de senso comum, bem como em algumas pesquisas, a importância desse meio é destacada, tanto em relação à socialização de modo geral quanto à socialização política.

A Tabela 7 trata do interesse em relação à participação em processos decisórios na escola:

**Tabela 7** – Além da sala de aula, gostaria de ter mais informações ou participar das decisões sobre a sua escola?

	Estadual		Federal		Privado	
	N	%	N	%	N	%
Não	395	27,00%	34	12,01%	58	13,71%
Não sei	288	19,69%	--	--	55	13,00%
Não opinou	15	1,03%	37	13,07%	1	0,24%
Sim	765	52,29%	212	74,91%	309	73,05%
TOTAL	1463	100,00%	283	100,00%	423	100,00%

Fonte: elaborado pelos autores.

Em todas as redes de ensino, a maioria dos estudantes deseja ter informações ou participar das decisões do ambiente escolar, dado que se mostrou menos significativo nas escolas estaduais. É, também, nesse tipo de escola que o índice dos que não desejam participar de atividades políticas é mais alto. Observando a diferença de mais de 20% das escolas estaduais para as federais e privadas, buscamos justificativas para o menor interesse

dentro das características da amostra. Uma delas pode estar relacionada ao fato de a escola estadual apresentar um número maior de estudantes trabalhadores, como visto acima. Inferimos que, em razão da menor disponibilidade de tempo, poderiam ter menor interesse. Nesse cruzamento, a relação entre os que somente estudam e os demais apresentou leve diferença. Considerando a ocupação dos entrevistados, os que declaram não ter interesse apresentam as seguintes características: estuda e faz estágio – 25,58%; estuda e trabalha regularmente – 29,19%; estuda – 26,11%; e estuda e faz bicos – 30,22%. Com base nesses resultados, depreendemos que a ocupação, em certa medida, incide sobre o processo de *moratória estudantil* e dificulta o envolvimento em atividades extracurriculares no contexto escolar.

Desse dado, podemos inferir o grau de envolvimento ou identificação e, mais especificamente, o interesse no ambiente escolar, considerando as oportunidades e a estrutura de cada rede de ensino. Na Tabela 8, buscamos identificar se o desejo por maior participação decorre da participação em espaços de representação na escola.

**Tabela 8** – Já exerceu alguma dessas funções na escola?

	Estadual		Federal		Privado	
	N	%	N	%	N	%
Não opinou	25	1,69%	--	--	5	1,12%
Nunca exerci	823	55,42%	132	45,20%	247	55,63%
Outra função	22	1,48%	7	2,40%	16	3,60%
Representante de classe	491	33,06%	122	41,78%	139	31,30%
Grêmios estudantis	124	8,35%	31	10,62%	37	8,33%
TOTAL	1.485*	100%	292*	100%	444*	100%

\*mais de uma resposta.

Fonte: elaborado pelos autores.

Exceto nas escolas federais, a maioria dos estudantes não exerceu nenhuma função representativa. É possível observar que quando há participação trata-se, em grande medida, de indicações mais formais, como representação de classe, enquanto as formas de participação política mais autônomas, como os grêmios estudantis, aparecem com valores que variam de 8% a 10%.

Além do interesse na política e formas de participação, buscamos informações sobre quais assuntos os estudantes gostariam de debater no ambiente escolar, o que apresentamos a seguir, na Tabela 9.

Socialização política de jovens no ensino médio

**Tabela 9** – Assuntos que devem ser debatidos na escola.

	Estadual		Federal		Privado	
	N	%	N	%	N	%
Não opinou	21	0,76	1	0,2%	1	0,12%
Todos os assuntos devem ser debatidos	693	25,10%	166	33,2%	222	27,61%
Violência	270	9,78%	23	4,6%	33	4,10%
Trabalho	224	8,11%	29	5,8%	94	11,70%
Política	145	5,25%	47	9,4%	68	8,46%
Meio ambiente	270	9,78%	39	7,8%	70	8,70%
Grêmio estudantil	39	1,41%	2	0,4%	2	0,24%
Gênero	123	4,54%	18	3,6%	12	1,50%
Empreendedorismo	154	5,58%	32	6,4%	112	13,93%
Educação sexual	287	10,40%	50	10%	73	9,08%
Direitos e deveres na escola	98	3,55%	23	4,6%	20	2,49%
Direitos humanos	275	9,96%	54	10,6%	58	7,21%
Corrupção	162	5,87%	16	3,2%	39	4,85%
TOTAL	2.761*		500*		804*	

\*mais de uma resposta.

Fonte: elaborado pelos autores.

A resposta com maiores índices é a de que todos os assuntos devem ser debatidos, o que denota a presença de valores democráticos na juventude, considerando as variações pelo tipo de escola. É interessante, ainda, observar as diferenças entre as questões que aparecem como mais relevantes por tipo de escola. Para as escolas estaduais são importantes, nesta ordem, a educação sexual e os direitos humanos. Para as federais, os direitos humanos e a política. Para as privadas, o empreendedorismo e o trabalho. Mesmo não sendo possível aprofundar a análise com base nos dados quantitativos, é possível inferir, com base nessas respostas, diferenças no *ethos* dos estudantes.

A Tabela 10 apresenta as percepções dos estudantes sobre o que eles identificam como sendo o principal problema do país.

**Tabela 10** - Qual é o principal problema do país?

	Estadual		Federal		Privado	
	N	%	N	%	N	%
Outro problema	83	3,04%	24	4,64%	17	2,14%
Não sei responder	54	1,98%	7	1,35%	--	--
Violência	355	13,02%	55	10,64%	106	13,36%
Não opinou	12	0,44%	1	0,19%	--	--
Educação	503	18,46%	125	24,18%	260	32,78%
Moradia	40	1,47%	3	0,58%	7	0,88%
Corrupção	744	27,30%	149	28,82%	238	30,01%
Pobreza	177	6,49%	49	9,48%	54	6,81%
Saúde	244	8,95%	31	6%	55	6,93%
Desemprego	388	14,24%	52	10,05%	35	4,41%
Inflação	125	4,59%	21	4,06%	21	2,65%
TOTAL	2.725*		517*		793*	

\*mais de uma resposta.

Fonte: elaborado pelos autores.

Esperávamos que houvesse alguma correspondência entre as respostas sobre o que gostariam de debater na escola e a percepção dos principais problemas brasileiros, o que não ocorreu. A corrupção, tema que é comumente apontado como principal problema do país em outras pesquisas, apareceu também aqui, demonstrando a importância do contexto geral, tal como apontado por Percheron (1982). No entanto, é uma das questões que tem baixo índice de interesse como tema de debate no ambiente escolar. Resta saber por que não se constitui como questão a ser debatida na escola. Outra questão apontada como preocupação nos três tipos de escola é a educação, sobretudo entre os estudantes da rede privada.

### **5. Considerações finais**

Procuramos, ao longo deste artigo, compreender a importância do ambiente escolar para a socialização política dos estudantes de ensino médio, considerando as possíveis diferenças de acordo com as redes de ensino investigadas, buscando, em especial, identificar possíveis variáveis intervenientes para a construção de um *ethos democrático*. Constatou-se que o ambiente escolar é central para a construção de um *ethos democrático* e que o debate sobre democracia e participação política é fundamental para que esse processo ocorra.

Ao longo do estudo, percebemos que alguns aspectos da tipologia escolar (pública – estadual ou federal – ou, ainda, privada) podem influenciar na socialização política dos jovens e nas suas orientações em relação a temas ou questões sociais e políticas. Nesta pesquisa, não foi possível aprofundar essas análises, mas destacamos que elas apareceram nas respostas encontradas, como no caso da distância dos estudantes matriculados em escolas estaduais dos debates políticos quando comparado com estudantes matriculados nos demais tipos de escolas.

Além do interesse e o hábito de conversar sobre política, buscamos compreender se os estudantes demonstravam interesse em participar com mais afinco dos processos decisórios de suas escolas. Foi possível constatar que, nas três redes de ensino, a maioria deseja envolver-se mais, ainda que entre os estudantes da rede estadual a manifestação e interesse por esses processos tenha sido menor. No que diz respeito à participação efetiva,



exercendo alguma função representativa em âmbito escolar, as diferenças são discretas entre as escolas estaduais e privadas, apresentando maior participação entre estudantes das escolas federais.

Em relação à questão sobre os temas que devem ser tratados na escola, a resposta de que todos os problemas devem ser debatidos na escola aponta a presença de um *ethos* democrático entre os estudantes, sendo sensivelmente maior na rede federal. Destacamos, também, as diferenças entre a segunda e terceira resposta mais assinalada sobre essa questão. Na rede privada, apontou-se empreendedorismo e trabalho. Na rede federal, os estudantes indicaram os direitos humanos e a educação sexual. E na estadual, os mesmos temas que na escola federal, mas em ordem inversa: educação sexual e direitos humanos. Essas diferenças são relevantes e remetem para a importância de mais estudos sobre o tema.

Em outra questão, buscamos conhecer a compreensão dos jovens sobre o contexto político brasileiro e os principais problemas vividos na atualidade. Salvo a rede privada, que trouxe a educação como questão prioritária, a corrupção foi apontada como um dos principais problemas. É comum que figure entre as principais preocupações, haja vista a ênfase que historicamente é dada ao tema, sobretudo nos meios de comunicação, e, especialmente, considerando-se o período em que a pesquisa foi realizada (segundo semestre de 2019), período em que havia ainda a repercussão midiática da operação lava jato<sup>v</sup>.

Os dados da pesquisa apontam para a importância de as escolas oportunizarem espaços de participação política aos jovens, o que aparece como um desejo em todas as redes de ensino e que pode ser realizada em formas que vão além da representação formal (garantida na legislação), que apareceu como a mais comum. Cabe maior responsabilidade, no entanto, à rede estadual, que atende ao maior número de estudantes e é, como pudemos perceber, a que apresenta os índices mais negativos. Como já destacamos, existe um aparato legal para que os processos participativos sejam realizados, não sendo esse, portanto, o problema.

### **Referências**

BLACK, R. Student participation and disadvantage: limitations in policy and practice. **Journal of Youth Studies**, v. 14, n. 4, p. 463-474, 2011.

BRANDÃO, Z. As mutações da paisagem cultural: entre a legitimidade e a legitimação do

capital cultural em sua forma escolar. In: DAYREL, J. et al. **Família, Escola e Juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BRASIL. **Censo da Educação Básica 2018: resumo Técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2019.

BRASIL. **Censo da Educação Básica 2019: resumo Técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2020.

CAVALIERE, A. M. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2418/2157>. Acesso em: 07 abr. 2021.

CHARLOT, B.; REIS, R. As relações com os estudos de alunos brasileiros no ensino médio. In: KRAWCZYK, Nora. **Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

COSTA, M.; ALVES, M. T. G.; MOREIRA, A. M.; SÁ, T. C. D. Oportunidades e escolhas: famílias e escolas em um sistema escolar desigual. In: ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. **Família & escola: novas perspectivas de análise**. Petrópolis: Vozes, 2013.

COX, C. et al. **Educación ciudadana em América Latina: prioridades de los currículos escolares**. Genebra: UNESCO Oficina Internacional de Educación, 2014.

DAYRELL, J. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, J. (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 136-161.

DAYRELL, J. Juventude e Escola. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **Juventude e Escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022>. Acesso em: 07 abr. 2021.

DIOGO, A. M. Estratégias de famílias e escolas: composição social e efeitos de escola. In: DAYREL, J. et al. **Família, Escola e Juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

DUBAR, C. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FUKS, M. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 88-108, jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100005>. Acesso em: 07 abr. 2021.

KÖHLER, S. M.; KRÜGER, H. H.; PFAFF, N. (orgs.). **Handbuch Peerforschung**. Opladen et al.: Verlag Barbara Budrich, 2016.

MANNHEIM, K. **Structures of Thinking**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1982.

NAZZARI, R. K. **Capital Social, Cultura e Socialização Política: a juventude brasileira**. 2003. Tese (Doutorado) - UFRGS, Porto Alegre, 2003.

NOGUEIRA, M. A. Um tema revisitado: as classes médias e a educação escolar. In: DAYREL, J. et al. **Família, Escola e Juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

NOGUEIRA, M. A. No fio da navalha: a (nova) classe média brasileira e sua opção pela escola particular. In: ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. **Família & escola: novas perspectivas de análise**. Petrópolis: Vozes, 2013.

PERCHERON, A. **L'univers politique des enfants**. Paris: Fondation nationale de sciences politiques/Armand Colin, 1974.

PERCHERON, A. The Influence of the Socio-Political Context on Political Socialization. **European Journal of Political Research**, v. 10, p. 53-60, 1982.

PONCE, B. J. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 159, p. 18-37, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623660533>. Acesso em: 07 abr. 2021.

RESENDE, J. M.; CAETANO, P. J. Socialização política na escola secundária portuguesa: a composição entre o projeto estatal imaginado de cidadania e as gramáticas políticas disponíveis. In: DAYREL, J. et al. **Família, Escola e Juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SETTON, M. G. J. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 77-105, abr. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000100004>. Acesso em: 07 abr. 2021.

SETTON, M. G. J. **Socialização e cultura: ensaios teóricos**. 2. ed. São Paulo: Anablume, 2016.

SILVA, N. R. G. Democracia e educação na Constituição Federal, na LDB e no PNE: a participação da comunidade na escola. **Educação em Análise**, v. 1, n. 2, p. 278-297, 2016.

SOUZA, Â. R. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, v. 25, n. 3, p. 123-140, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982009000300007>. Acesso em: 07 abr. 2021.

SPOSITO, M. P. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área de educação. In: SPOSITO, M. P. (coord.). **Juventude e Escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

SPOSITO, M. P.; ALMEIDA, E.; TARÁBOLA, F. S. Jovens do ensino médio e participação na esfera escolar: um estudo transnacional. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 313-332, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.019>. Acesso em: 07 abr. 2021.

TOMIZAKI, K.; SILVA, M. G. V.; CARVALHO-SILVA, H. H. Socialização política. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 929-934, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016171151>. Acesso em: 07 abr. 2021.

TOMIZAKI, K.; DANILIAUSKAS, M. Os jovens e a política: do mal-estar a novas formas de expressão na vida pública. Entrevista com Anne Muxel. **Pro-Posições**, v. 29, n. 1, p. 347-356, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0127>. Acesso em: 07 abr. 2021.

TOMIZAKI, K.; SILVA, M. G. V. Dinâmica geracional, posições sociais e comportamento político. **Educação e Sociedade**, v. 42, p. 1-18, 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.1590/ES.242003\\_PT](https://doi.org/10.1590/ES.242003_PT). Acesso em: 07 abr. 2021.

VAN HAECHT, A. **Sociologia da Educação: a escola posta à prova**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ZORZI, F. B. Educação e Desigualdade: socialização política comparada em escolas públicas e privadas. In: BAQUERO, M. (org.). **A Juventude e os Desafios da Construção da Democracia no Brasil**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.

## Notas

<sup>i</sup> Este artigo é resultado da pesquisa *Análise das experiências de socialização e construção de valores da juventude do Rio Grande do Sul*, a qual foi possível em razão do financiamento para sua execução por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Edital MCTIC/CNPq N° 28/2018 – Universal.

<sup>ii</sup> Conforme informações do Observatório da Educação Pública no Rio Grande do Sul, disponíveis em: [http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp\\_m505/CECDCT/CECDCT%20-%20observatorio\\_educacao%202.pdf](http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/CECDCT/CECDCT%20-%20observatorio_educacao%202.pdf).

<sup>iii</sup> Via de regra, quando os grandes meios de comunicação tratam de algum tema referente à educação, convidam “especialistas” ligados a *lobbies* privatizantes, como o grupo Todos pela Educação.

<sup>iv</sup> Um preditor importante nesse sentido é a formação escolar. Optamos por não inserir tal questão no questionário de forma a não o deixar muito extenso, o que gera menor retorno de respostas.

<sup>v</sup> Processo de investigação sobre desvios de recursos públicos e que teve como principais alvos integrantes do Partido dos Trabalhadores, em especial o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O processo foi conduzido pelo então juiz Sérgio Moro, que foi ministro da justiça do ex-presidente Jair Bolsonaro e, posteriormente, lançou-se na vida política com bandeiras moralistas e de direita, além de uma plataforma anti-petista. Ressalta-se, ainda, que o vazamento de conversas via Telegram entre integrantes da operação lavajato, no que se denominou posteriormente como “vazajato”, demonstraram a parcialidade de seus condutores e a perseguição sistemática de figuras políticas do campo da esquerda sem provas.

## **Sobre os autores**

### **Ricardo Gonçalves Severo**

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do sul, Brasil. Professor associado da Universidade Federal do Rio Grande. Integrante do grupo de pesquisa Gerações e Juventude (GERAJU) e coordenador do Grupo de pesquisa Dinâmicas Políticas, Estado e Movimentos Sociais (DIPEM). E-mail: [rgsevero@furg.br](mailto:rgsevero@furg.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8413-7159>.

### **Wivian Weller**

Doutora em Sociologia pela Freie Universität Berlin, Alemanha. Professora titular da Universidade de Brasília e bolsista produtividade em pesquisa do CNPq - PQ1C. Coordenadora do grupo de pesquisa Gerações e Juventude (GERAJU – [geraju.net.br](http://geraju.net.br)). E-mail: [wivian@unb.br](mailto:wivian@unb.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1450-2004>.

Recebido em: 16/10/2022

Aceito para publicação em: 04/03/2023